fb.me/AssociacaoAIDA
www.linkedin.com/company/10221598

T. +351 234 302 490 · WWW.AIDA.PT

PALOP NEWS

123 EDIÇÃO MENSAL

2019
JULHO

AIDA
CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO DISTRITO DE AVEIRO

PME QUALIFY
WWW.AIDA.PT

NOTÍCIAS DE ANGOLA

ROCHAS ORNAMENTAIS ANGOLANAS RECEBEM ATENÇÃO DE INVESTIDORES

O ministro-adjunto e da Economia de Portugal afirmou, em Luanda, que a fileira dos minerais disponíveis em Angola, nomeadamente das rochas ornamentais, está a receber grande receptividade das empresas portuguesas.

Rochas ornamentais de Angola são mercado atractivo para empresas portuguesas. Pedro Siza Vieira lembrou que Portugal tem uma "grande experiência e capacidade instalada" no domínio dos minerais e que a questão foi posta, na semana passada, a industriais daquele país que mostraram "bastante interesse" em investir em Angola.

"Angola está a fazer actualmente uma nova actualização da sua carta geológica para melhor conhecer os seus recursos naturais", disse, sublinhando que o próprio Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia de Portugal está envolvido nesse levantamento, com a empresa Impulso Industrial Alternativo e o Instituto Geológico e Mineiro de Espanha, numa área de 470 mil quilómetros, que abrange as províncias do Namibe, Huíla, Cunene, Benguela, Huambo, Bié, parte do Cuando Cubango e parte do Cuanza-Sul.

"Há recursos que são, hoje em dia, muito importantes e que devem ser explorados. Angola está a tentar aproveitar toda a fileira de minerais disponíveis e encontrar investidores e empresas capazes de aproveitar melhor esses recursos", sublinhou o governante português.

Siza Vieira lembrou que houve, em Lisboa, um encontro entre o ministro dos Recursos Naturais e dos Petróleos angolano, Diamantino Azevedo, e associações industriais do sector. "Temos uma grande experiência e capacidade instalada, particularmente nas rochas ornamentais, e foi precisamente com a associação dos industriais dessa área que fizemos o evento e parece-me que há bastante interesse das empresas portuguesas", afirmou.

OUTROS MINERAIS

Sem ignorar que entre os importantes recursos minerais de Angola estão os diamantes, o ministro sublinhou que o "objectivo essencial" é a fileira de minerais como o ferro, pedras raras e também o sector das rochas ornamentais, em "que Portugal tem empresas com enorme experiência e grande capacidade exportadora". "Desse ponto de vista, pareceu-nos que fazia sentido focarmo-nos essencialmente nessa área", acrescentou Siza Vieira, que, durante a estada em Luanda, co-presidiu à 2ª Reunião Ministerial do Observatório de Investimentos Portugal-Angola, a qual decorreu na sede do Ministério da Economia e do Planeamento, tutelado por Pedro Luís da Fonseca.

"A reunião é importante para acompanhar o ponto de vista das relações económicas e de investimento entre os dois países", disse Siza Vieira, escusando-se a adiantar pormenores sobre o processo de pagamentos do Estado angolano a empresas portuguesas. A este propósito, Siza Vieira limitou-se a dizer que o processo "está a correr como o previsto". "Continuam a ser processados e analisados muitos pedidos de pagamento e a certificação de algumas dívidas. Também sabemos que estão a decorrer as regularizações das dívidas já certificadas", disse o ministro português.

JORNAL DE ANGOLA

ANGOLA
Rochas ornamentais angolanas recebem atenção de investidores

BAD vai continuar a investir em Angola diz Vice-presidente

MOÇAMBIQUE
Ciclone em Moçambique obriga banca a restruturar créditos

CABO VERDE
Portugal e Cabo Verde reforçam cooperação na economia do mar com apoio Mar 2020

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
Ilha cabo-verdiana de São Vicente perdeu metade da sua economia em três anos

GUINÉ BISSAU
São Tomé e Príncipe espera atrair investimento em encontro empresarial da China com países lusófonos

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO:
Elisabete Rita | Directora Geral da AIDA

DESIGN E PAGINAÇÃO:
Incograf®

PROPRIEDADE
AIDA CCI

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA:
1000 exemplares

COMPETE 2020 · PORTUGAL 2020 · UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

BAD VAI CONTINUAR A INVESTIR EM ANGOLA DIZ VICE-PRESIDENTE

O vice-presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) com o pelouro dos Serviços Corporativos e Recursos Humanos disse à Lusa que o banco está com "muito apetite" sobre Angola e elogiou a melhoria no ambiente de negócios.

"O ambiente de negócios está a melhorar e o setor privado está a posicionar-se para desempenhar um sector mais importante", disse Mateus Magala, nas vésperas da assinatura do memorando de entendimento entre o Governo de Angola, de Portugal e o BAD relativamente ao Compacto Lusófono.

"O BAD sempre esteve ao lado de Angola em termos de ver oportunidades, financiámos a hidroeléctrica, demos mil milhões de dólares (887,9 milhões de euros) de apoio ao Orçamento", lembrou o banqueiro moçambicano.

"Angola é uma potência para nós, é um catalisador e estamos muito esperançados, estamos com muito vontade de continuar a investir e ajudar na criação de instituições fortes, porque o BAD não serve apenas para colocar dinheiro, serve também para termos a certeza de ter instituições fortes e credíveis e que vão dar confiança aos investidores, porque quem vai desenvolver Angola é o sector privado", concluiu Mateus Magala.

O Compacto para o Desenvolvimento é uma iniciativa lançada no final de 2017 pelo BAD e pelo Governo português para financiar projectos lançados em países lusófonos com o apoio financeiro do BAD e com garantias do Estado português, que assim asseguram que o custo de financiamento seja mais baixo e com menos risco.

O BAD, Moçambique e Portugal assinaram em 12 de Março, em Maputo, um acordo designado Compacto Lusófono Moçambique, para apoiar projectos de investimento, o primeiro específico de um país, que dá acesso a financiamentos do BAD combinados com garantias de Portugal através da Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento (Sofid), tendo-se seguido, em Julho, o Compacto de Cabo Verde.

Além do país anfitrião - que deve ser um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) -, cada projecto deve envolver "pelo menos mais duas entidades do Compacto, por exemplo o BAD e empresas portuguesas, ou o BAD e outras empresas dos PALOP", refere a documentação do programa sobre o programa moçambicano.

Portugal participa através da Sofid, disponibilizando 400 milhões de euros em garantias a conjugar com financiamento do BAD, que neste Compacto vai apoiar projectos orçados em até 30 milhões de dólares (26,6 milhões de euros). Habitualmente, o BAD financia projectos acima deste valor.

Este Compacto Lusófono foi celebrado entre Portugal e o BAD em Novembro de 2018, como parte de um vasto leque de parcerias multilaterais anunciadas durante o Fórum de Investimento para África, em Joanesburgo, África do Sul, mas começou a ser definido quando o presidente do BAD visitou Lisboa, em Novembro de 2017.

FONTE: LUSA EM RTP

CICLONE EM MOÇAMBIQUE OBRIGA BANCA A RESTRUTURAR CRÉDITOS

Os ciclones que atingiram Moçambique este ano, provocando elevadas perdas humanas e materiais, também afectaram a banca que se viu obrigada a restruturar créditos e admite criar instrumentos especiais para relançar a economia.

João Figueiredo, presidente executivo do Moza Banco, terceiro maior rede da banca de retalho em Moçambique, disse à Lusa que a instituição teve de restruturar créditos para acomodar a capacidade de as empresas "se reerguerem", de forma a poder pagar as suas dívidas.

"Temos de repensar esses créditos e adequá-los à capacidade de geração de receitas das empresas que estão em causa", salientando que a passagem "devastadora" dos ciclones Idai e Kenneth afectou determinadas regiões do país "de uma forma sem precedentes", destruindo "todo o tecido empresarial e toda a estrutura económica".

O presidente executivo do Moza reconhece que a situação significa uma "mossa adicional" no balanço dos bancos, tendo em conta a carteira de créditos concedidos nas regiões afectadas, que tem "necessariamente de ser pensada e reestruturada, de acordo com a capacidade de revitalização da economia e das empresas".

Adiantou que todos os bancos estão já a trabalhar e a concretizar os seus planos de reestruturação, "havendo unidades que são recuperáveis e reestruturáveis e outras que porventura não o serão", pois "destruição foi de tal ordem que não há qualquer hipótese de recuperação" e os bancos terão de assumir essas imparidades.

"Ainda estamos momento a fazer um balanço sobre a capacidade de as empresas voltarem à sua actividade normal. Já tivemos pedidos de reestruturação e estamos a acompanhá-los com todo o cuidado para sermos conscienciosos na análise que fazemos", afirmou.

Manifestou-se, no entanto, confiante quanto ao futuro: "estamos confiantes, não é isto que vai colocar em causa o funcionamento e a boa "performance' do banco", destacou, saudando o "movimento de toda a sociedade, civil e empresarial" na dinamização de esforços para recuperar o país.

Quanto aos sectores mais afectados, considerou que o impacto foi "transversal", fazendo-se sentir na actividade portuária, serviços, agricultura, indústria ou comércio.

"Enquanto a hotelaria, por exemplo, após os primeiros dias do ciclone recuperou muito fortemente com a chegada das pessoas das organizações internacionais [conseguindo] uma taxa de ocupação fantástica, hoje, com a quebra da economia, essa taxa de ocupação passou até para níveis inferiores aos que tinham normalmente", exemplificou.

Acrescentou que a banca está também "a pensar na forma como se vai reorganizar e dar o seu contributo" para revitalizar a economia.

"Temos estado a discutir com as autoridades locais a criação de linhas de crédito especiais, mas gostaríamos que houvesse também algum esforço por parte de fundos internacionais que estejam disponíveis para nos apoiar e encontrarmos formas de poder atenuar os custos dos financiamentos para os utilizadores finais e, em alguns casos, como no sector agrícola, que exige garantias reforçadas, podermos viabilizar os projectos do sector agrário", disse o presidente executivo do Moza.

O Moza Banco tem 55 balcões em todo o país e apresentou recentemente uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) do banco Terra.

João Figueiredo recordou ainda alguns momentos duros com que se confrontou à chegada à Beira (província de Sofala), após o ciclone, encontrando a população "num isolamento total" e vidas destruídas.

"Tivemos perdas directas, fomos afectados de alguma forma, mas onde sentimos o maior choque foi no que aconteceu com alguns colaboradores. Muitos perderam casas e bens e o banco tem reunido esforços para apoiar a recuperação da vida destes nossos colaboradores", referiu, salientando apesar de tudo a "reacção rápida" do governo e a resposta da comunidade internacional, bem como a "força" da população afectada pelo ciclone.

FONTE: ECONOMIA AO MINUTO

PORTUGAL E CABO VERDE REFORÇAM COOPERAÇÃO NA ECONOMIA DO MAR COM APOIO MAR 2020

Portugal e Cabo Verde reforçaram a colaboração ao nível da economia do mar, num acordo assinado em Oeiras, designado "Memorando Específico de Cooperação entre Portugal e Cabo Verde".

Numa declaração à Lusa após a assinatura do acordo, a ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, referiu que este acordo será financiado pelo Fundo Azul e pelo programa Mar 2020.

A ministra disse também que o documento, agora assinado, formaliza "o bom entendimento já existente entre os dois países" e coloca "num único chapéu" todas as matérias relativas à economia do mar e que, de outro modo, "dificilmente poderiam ser concretizadas".

APOIO FINANCEIRO SEM VALOR DEFINIDO

Relativamente ao montante necessário para implementar o memorando Ana Paula Vitorino referiu que não há "uma avaliação do impacto financeiro, já que depende dos projectos, pelo que não há um valor definido".

A ministra referiu que já existe, contudo, capacidade de financiamento "no que se refere a deslocações, estadias, disponibilização de meios técnicos e não só, para dar continuidade a esta cooperação".

MAR 2020

"Temos mecanismos financeiros na área do mar, como o Mar 2020 que são fundos comunitários, mas também o Fundo Azul criado pelo Governo para financiar projectos, como os ligados à investigação, que não faz sentido serem financiados pela banca comercial", disse ainda a governante.

Ana Paula Vitorino prevê também que parte do financiamento seja feito através dos fundos de compensação que os países europeus, fora da União, disponibilizam para usufruir do espaço económico europeu.

O ministro do Turismo e Transportes e ministro da Economia Marítima de Cabo Verde, José da Silva Gonçalves, por sua vez, lembrou que os dois países já têm vindo a partilhar conhecimentos e experiências, no âmbito de uma cooperação que tem sido sobretudo qualitativa.

José da Silva Gonçalves disse também que Cabo Verde tem acompanhado de perto a modernização e alinhamento do sector do mar levado a cabo por Portugal para retirar ensinamentos e que "o Memorando vem pôr mais alento na cooperação que já existe".

FONTE: AGRICULTURA E MAR ACTUAL

ILHA CABO-VERDIANA DE SÃO VICENTE **PERDEU METADE DA SUA ECONOMIA EM TRÊS ANOS**

O presidente do movimento cívico Sokols diz que "pelo menos 50% da economia de São Vicente morreu" nos últimos três anos.

"Não sou economista, não sou de estatísticas, mas pela minha percepção, pelo meu negócio, sou empresário, e pelo que tenho falado com as pessoas, acho que pelo menos 50% da economia de São Vicente morreu nestes últimos três anos", afirmou Salvador Mascarenhas, presidente do movimento cívico independente Sokols 2017, em entrevista à agência Lusa.
"É um bocado dramático, mas é verdade. Eu vejo lojas a fecharem, há pessoas que têm lojas e vão-se embora e deixam a loja a outra pessoa, porque já não conseguem viver dessa loja, por exemplo. A situação está terrível, basta sair, passear pelas ruas e perguntar", insistiu.
Denominada de "Por São Vicente, quem cala consente", o presidente do Sokols disse que o protesto previsto é contra o que diz ser o bloqueio que a ilha e toda a região norte do país estão a sofrer.
O líder associativo apontou "várias situações", mas disse que o que salta à vista é o problema dos transportes, com ausência de ligações aéreas pela Cabo Verde Airlines (CVA).
Uma realidade que "torna as viagens muito caras, o dobro ou o triplo do valor que se fosse na Praia ou no Sal, o que é altamente discriminatório, e além disso não há possibilidade de transportar muita carga, o que está a penalizar indústrias nesta ilha", explicou Salvador Mascarenhas, que constou igualmente "bloqueio" nos transportes marítimos.
Neste momento, afirmou que São Vicente tem ligações regulares apenas com Santo Antão e com São Nicolau, duas vezes por semana, fazendo com que muitas empresas não consigam escoar os seus produtos e empresários deixem de comprar na ilha.
"Isso está a penalizar enormemente São Vicente, está a aumentar o desemprego, o êxodo de massa cinzenta de toda a ilha. A ilha e a sua economia estão de rastos, todo o nosso potencial está a ir abaixo", lamentou.

FONTE: OBSERVADOR

NOTÍCIAS DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE ESPERA ATRAIR INVESTIMENTO EM **ENCONTRO EMPRESARIAL DA CHINA COM PAÍSES LUSÓFONOS**

O Governo são-tomense pretende captar investimento para o país, através de parcerias com empresários da China e dos restantes países de língua portuguesa, no encontro empresarial que reuniu pelo menos 150 potenciais investidores.

Em declarações à agência Lusa, o director da Agência de Promoção, Comércio e Investimento (APCI), Rafael Branco, referiu que este encontro, que termina na terça-feira, é "uma oportunidade" para "atrair investimentos privados estrangeiros", mas reconheceu que "o ambiente de negócios e a cultura predominante na administração publica não facilitam a realização de investimento" no país.

O responsável considerou que é importante "sensibilizar os principais actores da administração para a importância do investimento estrangeiro nas condições particulares do país neste momento".

"Não basta ser um país belo, não basta ter um código de investimento atractivo, é sobretudo a maneira como lidamos, tratamos, apoiamos, acarinhamos, seguimos e protegemos o investidor que faz a atracção do investimento", acrescentou, admitindo que é preciso minimizar também "os riscos políticos de natureza jurídica, que pesam bastante na tomada de decisão" de investimento.

Além dos cerca de 150 representantes estrangeiros, participaram no 14.º Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa pelo menos 170 empresários são-tomenses, segundo a mesma fonte.

De acordo com Rafael Branco, a grande maioria dos participantes estrangeiros é oriunda da China, mas também haverá empresários portugueses, angolanos, moçambicanos e timorenses.

O responsável lamentou a ausência do Brasil que "por razões de natureza interna" não estará presente neste evento.

Rafael Branco considerou que a organização conseguiu "uma boa representação dos países, de associações de empresários e de empresários individuais" para este encontro de dois dias, cujo lema é 'Promovendo o Crescimento Económico e a Prosperidade Partilhada'.

A abertura do evento foi feita pelo primeiro-ministro são-tomense, Jorge Bom Jesus, após a intervenção do secretário-geral adjunto do Secretariado Permanente do Fórum Macau, Ting Tian, e do vice-presidente do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau.

Os empresários apresentaram no encontro cerca de 60 projectos, dos quais cerca de metade ligados ao sector do turismo, sendo os restantes das áreas da agricultura, infra-estruturas e transformação de produtos, comércio e serviços.

Rafael Branco reconheceu que o seu país tem "poucos empresários nacionais preparados para fazer parcerias com estrangeiros", mas manifestou a esperança de que o encontro possa levar a "entendimentos a execução de alguns projectos".

"Esta é uma ocasião especialmente oportuna para nós fazermos promoção junto aos nossos parceiros exteriores, particularmente na China, que é um país distante e que está representada no fórum por associações de diversas províncias", explicou o diretor da APCI.

A 14.ª edição do encontro foi organizada pela Agência de Promoção do Comércio e Investimento de São Tomé e Príncipe, pelo Conselho para a Promoção do Comércio Internacional da China e pelo Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau.

Durante o encontro, foi abordada a posição geoestratégica do mercado são-tomense para África, pela economista Maria das Neves, antiga primeira-ministra são-tomense, enquanto o ex-ministro Carlos Tiny falou sobre o investimento da China em África.

Em entrevista à agência Lusa no final de Junho, a secretária-geral do Fórum de Macau, Xu Yingzhen, considerou que este encontro empresarial é "uma oportunidade para aumentar a eficácia do Fórum" e assim "servir melhor" as relações comerciais entre a China e os países lusófonos.

FONTE: LUSA EM NOTÍCIAS SAPO